

O ESTIGMA SEGREGANTE A PARTIR DO BAIRRO DOM JOSÉ, EM SOBRAL–CE

The segregating stigma from the Dom José neighborhood, in Sobral–CE

Luis Orlando de Sousa Nobre

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Advogado.

Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito – UNINTA.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3076-2839>

luisorlandonobre@gmail.com;

Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8173-0993>

clebiolopes@yahoo.com.br

Artigo recebido em junho/2026 e aceito em agosto/2026

RESUMO

O artigo analisa a presença e o impacto de um estigma segregante no bairro Dom José, em Sobral, CE. Com base numa perspectiva teórica interdisciplinar e em um trabalho de campo qualitativo, o estudo demonstra que o bairro é e continua a ser socialmente etiquetado, particularmente por aqueles que não nele vivem. Essa rotulação está intimamente ligada a narrativas históricas que associam o bairro à violência e à marginalidade. Os resultados empíricos destacam que as condições materiais do bairro mudaram significativamente nos últimos anos, devido a melhorias na infraestrutura. No entanto, as atribuições sociais negativas persistem e influenciam as percepções do bairro, bem como as experiências vividas pelos seus moradores. Por fim, propõe-se a hipótese de que a ressignificação do bairro possa ser fomentada não apenas por meio de medidas de construção, mas também por intervenções culturais, sociais e simbólicas, direcionadas pelo setor público.

Palavras-Chave: Estigma; Dom José; rotulação.

ABSTRACT

This article analyzes the presence and impact of a segregating stigma in the Dom José neighborhood, in Sobral, Ceará, Brazil. Based on an interdisciplinary theoretical perspective and qualitative fieldwork, the study demonstrates that the neighborhood is and continues to be socially labeled, particularly by those who do not live there. This labeling is closely linked to historical narratives that associate the neighborhood with violence and marginality. The empirical results highlight that the material conditions of the neighborhood have changed significantly in recent years, due to improvements in infrastructure. However, negative social attributions persist and influence perceptions of the neighborhood, as well as the lived experiences of its residents. Finally, it is proposed that the re-signification of the neighborhood can be fostered not only through construction measures, but also through cultural, social, and symbolic interventions, directed by the public sector.

Keywords: Stigma; Dom José; Labeling.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Martins (1997), a desigualdade social no Brasil só pode ser compreendida ao ser inserida no contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo no país. As disparidades atuais, portanto, não são acidentais, mas sim o resultado de um longo processo iniciado no período colonial. Esse modelo de organização econômica, caracterizado pela extração de riqueza, foi acompanhado pela negligência de áreas sociais essenciais, pela consolidação de elites locais no poder, pela limitada participação política da população e pelo desenvolvimento espacial e socialmente desigual (Fuini, 2017).

Com o avanço da industrialização e urbanização, essas desigualdades tendem a se manifestar de novas formas, especialmente no campo habitacional, onde as chamadas comunidades (antigas favelas)¹ cresceram rapidamente como soluções de moradia para as classes populares que não encontravam espaço nas áreas servidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos (Meireles; Athayde, 2016).

Nesse contexto, emergem mecanismos sociais pelos quais indivíduos e grupos são categorizados. Tais atribuições atuam como marcadores sociais e determinam o lugar que os afetados parecem ocupar na ordem social. Isso dá origem a rótulos que simbolicamente delimitam e tipificam certos grupos.

Este estudo examina como um determinado bairro da cidade de Sobral é percebido e como essas percepções podem contribuir para o isolamento social de seus moradores. O foco está especificamente no bairro Dom José. O estudo investiga se processos de estigmatização social podem ser observados ali e quais as consequências dessas atribuições para o cotidiano dos moradores.

As seções seguintes apresentam os materiais e métodos utilizados na pesquisa, os principais resultados obtidos e, por fim, a conclusão decorrente das análises realizadas, demonstrando a existência de um estigma segregante naquela área, bem como os seus nefastos efeitos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e fundamenta-se em um amplo levantamento bibliográfico interdisciplinar (Sousa, Oliveira e Alves, 2021), articulando contribuições de geografia humana, sociologia, criminologia, história e direito, com foco nos conceitos de segregação socioespacial, estigmatização e rotulação social. Como método de orientação teórica, utiliza-se o materialismo dialético (Harvey, 2013), por sua capacidade de assimilar e aplicar as mais diversas dinâmicas históricas, sociais e espaciais que estruturam a produção do estigma no bairro Dom José, em Sobral-CE.

O estudo desenvolve-se em três fases principais, sendo a primeira a construção teórica e análise da literatura especializada, incluindo a análise e consulta de dados relativos a plataforma E-SUS, fornecidos pela secretaria de saúde de Sobral-CE; a segunda o trabalho de campo, com visitas ao bairro, observação direta do espaço urbano, análise de equipamentos públicos e realização de entrevistas semiestruturadas; e a terceira consistindo na sistematização e análise dos dados, por meio de procedimentos qualitativos, com apoio de análises descritivas.

As entrevistas seguem ancoradas na premissa da história oral (Thompson, 2002; Freitas, 2023), permitindo a construção de fontes a partir das experiências, percepções e vivências dos sujeitos pesquisados. O estudo observa rigorosamente os protocolos éticos, garantindo confidencialidade e anonimato quando solicitado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, será realizada uma caracterização sintética da cidade de Sobral, Ceará, com destaque para suas principais dinâmicas espaciais, a fim de situar o Bairro no conjunto urbano ao qual pertence. Em seguida, desenvolve-se uma abordagem teórica acerca das relações entre centro e periferia, articulando-as com os processos de marginalização e segregação socioespacial. Essa discussão servirá de base para a análise do estigma segregante e dos mecanismos de etiquetamento social que incidem sobre determinados territórios urbanos.

Por fim, o último tópico se dedicará especificamente ao exame do estigma associado ao Bairro Dom José, buscando compreender o que seria a ideia de um etiquetamento social, bem como de que modo a segregação socioespacial contribui para a construção e a reprodução de sua imagem estigmatizada no contexto daquela área.

3.1. A Cidade Média de Sobral-CE

Explicando o conceito de cidade média, Holanda e Amora (2011, p. 11) dissertam que:

Um olhar sobre as cidades médias brasileiras de um modo geral indica semelhanças e diferenças no que se refere a origem, relações com o campo, predomínio de uma ou outra atividade, porém o que mais as aproximam é a condição que exercem como centros regionais, critério que as definem como cidades médias uma vez que “uma cidade é parte de um espaço marcado pelas contiguidades.

Dentro de tal definição, encontra-se o Município de Sobral-CE (Figura 01), localizado a aproximadamente 230 quilômetros de Fortaleza, que tem se destacado por seu desenvolvimento econômico e pela oferta de serviços, especialmente nas áreas de saúde e educação (Freitas, 2019). Conhecida como a “Princesa do Norte” (Freitas, 2019) e elevada ao status de modelo após as políticas públicas de seu ex-gestor, Cid Ferreira Gomes (Ferreira, 2013), a sede do município de Sobral atrai

moradores, estudantes e sonhadores de várias regiões que buscam oportunidades de emprego e uma melhor qualidade de vida.

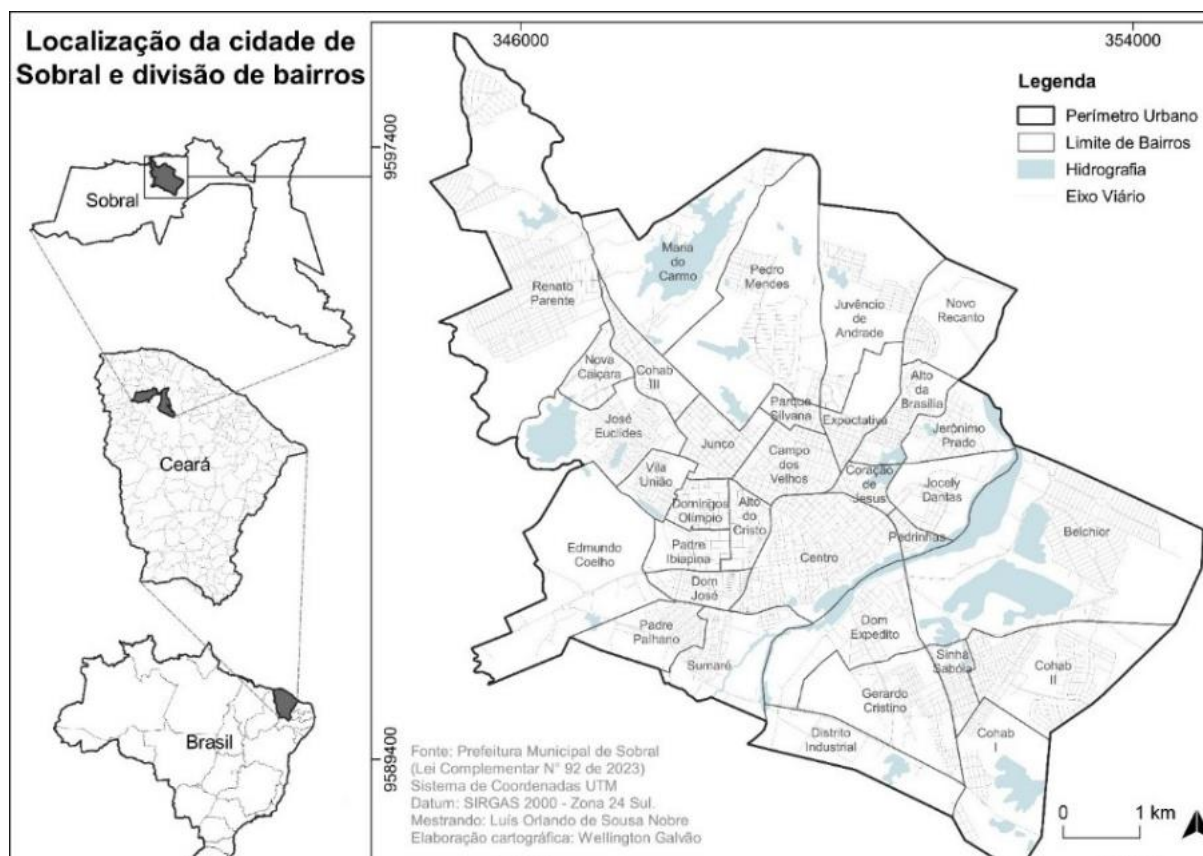


Figura 01 - Mapa da sede do município de Sobral-CE com seus bairros.

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2025).

O município apresenta uma dinâmica socioeconômica ativa, com crescimento populacional acelerado: sua população passou de cerca de 155 mil habitantes em 2000 para cerca de 203.023 em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme dados do IBGE, Sobral apresenta densidade demográfica de aproximadamente 98,15 hab./km² e área territorial de pouco mais de 2.068,474 km², configurando-se como uma cidade em expansão na região norte do Ceará.

Silva (2021) destaca que “Sobral é considerada Capital Regional C” (Silva, 2021, p. 82), o que significa que se trata de “centros urbanos, com grande concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles” (Silva, 2021, p. 82).

Sobre as mudanças urbanas que a referida cidade sofreu, Catunda e Santana (2015, p. 174) dissertam que:

O modelo de urbanização imposto pelos agentes sociais municipais em Sobral nas últimas duas décadas, poder público e agentes imobiliários, tem um perfil de modernização, venda da cidade (LIMA, 2014) para instalação de novos empreendimentos,

tal modernização, contudo, não contempla a preservação ambiental, constatamos aterramentos de lagos, esgoto in natura no leito do rio Acaraú, diminuição indiscriminada da vegetação, massa asfáltica em toda cidade, sobretudo nas áreas centrais.

No que concerne à mobilidade urbana, Arruda (2024), após estudos aprofundados sobre o tema, abordou uma série de medidas adotadas pela administração municipal para tornar o espaço público mais acessível e equitativo, tendo ainda elaborado um histórico acerca das legislações que amparavam o tema retro mencionado.

Observa-se, diante do exposto acima, que a PMS tem buscado desenvolver uma cidade mais sustentável e eliminar as desigualdades sociais. Tal constatação é possível de ser obtida logo nas páginas iniciais de seu mais recente Plano Diretor (2023), qual seja, a Lei Complementar nº 92 de 17 de novembro de 2023, que destaca, dentre outras coisas, que “para reduzir as desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico equilibrado busca criar um ambiente no qual o crescimento econômico beneficie a sociedade como um todo, distribuindo os benefícios de maneira mais justa e abrangente” (Sobral, 2023, p. 10).

Ocorre que, em que pese a administração pública vir buscando formas de tornar a cidade mais inclusiva e dinâmica, a formação de áreas centrais e periféricas com funções e significados distintos é inevitável na lógica capitalista, conforme será melhor demonstrado linhas à frente. Assim, para compreender adequadamente a posição ocupada pelo Bairro Dom José no contexto urbano sobralense, torna-se necessário avançar para uma discussão teórica sobre as relações entre centro, periferia e segregação socioespacial, fornecendo os instrumentos analíticos que orientarão a leitura crítica do estigma associado ao bairro.

3.2. Centro, Periferia e Segregação em Sobral-CE

Para Albuquerque e Lopes (2025, p. 168) “a segregação socioespacial é inerente ao espaço urbano atual”, já que há a existência de:

“[...] áreas residenciais com comodidades, segurança, conforto e lazer, e outras áreas destinadas a receber a população que não tem acesso ao solo urbano, criando moradias precárias sem infraestrutura adequada” (Albuquerque e Lopes, tradução nossa)².

Albuquerque e Lopes (2025, p. 168) aduzem ainda que a raiz do problema encontra-se “na produção do espaço urbano contemporâneo”, uma vez que “a segregação é inevitável, não apenas em questões de habitação, mas também no cotidiano, abrangendo lazer, ocupação de espaços, equipamentos públicos e mobilidade” (Albuquerque e Lopes, 2022, p. 168).

Ainda sobre o tema, segundo Sposito (2013), em sua pesquisa Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana, “só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a

parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana” (2013, p. 65).

Em relação a cidade de Sobral-CE, Freitas (2019, p. 17) chegou a argumentar, inclusive, que “as impressões que nos foram passadas, muitas vezes pelas observações e conselhos dos colegas de trabalho, eram de que determinadas áreas deveriam ser evitadas sob risco de morte”. Essa visão é especialmente reproduzida nas periferias da cidade de Sobral-CE (Freitas, 2019), onde seus moradores são, em sua maioria, trabalhadores oriundos de outras localidades em busca de melhores condições de vida (Costa, 2023).

Esse processo acima descrito não é natural; o Estado provoca esse êxodo, conforme atesta Bonduki (1994). Referido autor destaca em sua obra que desde o início do século XX, o trabalhador de baixa renda foi progressivamente deslocado para áreas distantes, carentes de infraestrutura e invisibilizadas pelo poder público, de modo que sua condição habitacional passou a constituir um elemento central na construção social da diferença.

Em igual sentido, Costa (2023, p. 162), ao relatar a situação do bairro Vila Recanto II, também localizado em Sobral-CE, explicitou que “o difícil acesso à Vila Recanto II remete ao exílio na periferia, que dificulta, ou até impossibilita, o deslocamento para outras áreas da cidade e, consequentemente, limita o uso do urbano”.

Outro argumento que demonstra a possível existência de um estigma segregante é o fato de que “16.596 habitantes (de Sobral) encontram-se abaixo da linha de extrema pobreza na comparação regional” (Silva, 2021, p. 113). Esse dado é especialmente relevante e preocupante, pois, nos “bairros localizados na periferia, a população, em sua maioria, recebe até um salário mínimo” (Silva, 2021, p. 113). Em relação ao bairro Dom José, objeto de estudo nesta pesquisa, foi possível observar, após detida análise dos dados fornecidos pelo IBGE (2022), que grande parte de sua população recebe até um salário mínimo (R\$ 1.518,00), o que demonstra o caráter de vulnerabilidade daquele espaço.

Observa-se, com isso, que a periferia sobralense padece de uma série de problemas decorrentes da segregação socioespacial. As leis de urbanização e os direcionamentos do Estado ao longo de sua história privilegiaram áreas centrais e bairros habitados pelas classes mais abastadas, enquanto forçaram as populações mais pobres a se estabelecerem nas áreas periféricas, menos atendidas por investimentos públicos (Freitas, 2019), criando uma espécie de “invisibilidade” dessas áreas, que muitas vezes são mencionadas na mídia local apenas em contextos de criminalidade, contribuindo para um estigma que dificulta o acesso de seus moradores a oportunidades e direitos fundamentais (Sodré, 2022).

A consequência dessa relegação social, segundo Nóbrega, é que “a autoconstrução, precariedade e, acima de tudo, mobilizações e lutas pela moradia” (2022, p. 150) tornam-se basilares

no enredo e na trama da formação da periferia Sobralense, sendo certo de que, enquanto o morador das áreas mais centrais e abastadas não tem de se preocupar com tais lutas, aquele que foi relegado “à periferia desurbanizada e desurbanizante” (Lopes, Rodrigues e Nobrega, 2023, p. 943), tem de conviver com o peso das dificuldades de mobilidade, emprego e oportunidades (Freitas, 2019).

Assim, o ponto-chave das discussões retro é expor a compreensão do espaço como construção social, histórica e política, sendo certo que tal abordagem constitui um dos fundamentos da crítica contemporânea ao urbanismo funcionalista e às leituras fetichizadas da cidade (Alves, 2019). Em “A produção do espaço”, Lefebvre (2006) propõe uma concepção dialética do espaço, estruturada pela articulação entre três dimensões: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido, sendo tais percepções de necessário entendimento para o que se propõe o presente estudo.

O espaço concebido refere-se à dimensão técnico-institucional do planejamento e da ordenação territorial, vinculada às relações de produção, ao conhecimento especializado e às normas que regulam a organização do espaço urbano (Alves, 2019). O espaço vivido, por sua vez, corresponde à dimensão simbólica e subjetiva do espaço, constituída por experiências, memórias e práticas de apropriação por parte dos sujeitos sociais (Lefebvre, 2006; Alves, 2019). Já o espaço percebido diz respeito à prática espacial cotidiana, isto é, ao uso concreto do espaço no dia a dia, marcado por tensões entre a experiência vivida e os códigos normativos que orientam e racionalizam a vida urbana (Alves, 2019).

Em verdade, tais articulações podem ser percebidas em pequenas decisões de órgãos públicos que têm poder para mitigar os efeitos nocivos dessa segregação. É o caso, por exemplo, da decisão da Prefeitura de Sobral, em fevereiro de 2025, de disponibilizar, para além das inscrições on-line, locais presenciais de inscrição para o Projeto Guarda Mirim em bairros mais afastados do Centro, especialmente no Dom José. Veja-se:

A Prefeitura de Sobral, por meio da Secretaria da Segurança Cidadã (SESEC), recebe inscrições, até o dia 17 de fevereiro, para o processo seletivo do Projeto Guarda Mirim, com uma oferta de 120 vagas, para jovens de 14 a 17 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As inscrições são feitas online pelo site: <http://selecao.sobral.ce.gov.br>. [...] Para os jovens que não possuem acesso à internet, haverá atendimento presencial de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 16h [...] e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros Dom Expedito, **Dom José**, Alto da Brasília, Vila União; e dos distritos de Aracatiaçu e Jaibaras. **Grifo Nosso** (Sobral, 2025).

Resta questionar, contudo, se tais medidas seriam, de fato, capazes de contornar o estigma existente. Poderiam elas eliminar o problema, caso ele realmente se manifeste no Bairro Dom José? Esses questionamentos remetem a desafios urbanos mais amplos, que serão aprofundados ao longo desta pesquisa.

No tópico seguinte, partindo do conceito de etiquetamento social, o estudo buscará compreender de que maneira ele se articula com a realidade do bairro investigado, analisando se há

efetivamente a presença de “etiquetas” sociais atribuídas ao território e em que medida elas contribuem para processos de segregação.

3.3. Etiketamento Social e Estigma Segregante a Partir do Bairro Dom José

O estigma segregante, que pode ser compreendido como a junção do fator estigma (rotulagem) com o fator segregação (separação), em sua forma pura, restringe a liberdade individual de tal modo que: limita as oportunidades de interação social, dificulta a mobilidade social e perpetua as desigualdades, influenciando a percepção pública de quem sofre com essa visão simplificada e estereotipada. O indivíduo, por vezes, não sabe que é rotulado. Nesse sentido, Araújo (2010, p. 132) destaca que “como o indivíduo “ganhou” seu estigma em um momento avançado de sua vida, ele sabe exatamente como os “normais” lidam com esses sujeitos inferiorizados e sobreviver psicologicamente à sua nova situação pode ser difícil”.

Sobre o etiketamento social, este tem origem na sociologia e na criminologia, tendo sido moldado pelo trabalho de Howard S. Becker (1988) e Erving Goffman (2008), que examinaram os efeitos da rotulagem social sobre o comportamento individual e a identidade social. A rotulagem social ocorre quando grupos sociais, instituições ou indivíduos atribuem certos rótulos a outros (Almulhem, 2019). Estes rótulos podem ser positivos ou negativos, e os negativos frequentemente levam à exclusão social e à estigmatização. Um exemplo clássico seria rotular indivíduos determinados como “criminosos”, “doentes mentais”, “viciados” ou “favelados”. Esses rótulos não influenciam apenas a forma como a sociedade percebe os indivíduos rotulados, mas também a forma como eles se veem e se comportam (Ferreira; De Laparte Neves, 2020).

Monteiro (2017, p. 02), ao tratar especificamente do conceito de estigma, destaca que “a Sociologia no século XX apropria-se do termo para tratar da estigmatização como um atributo social que desvaloriza a identidade de um grupo ou de um indivíduo” Este etiketamento, muitas vezes simplista e generalizante, é usualmente aplicado pela sociedade, pela mídia ou até mesmo por indivíduos, sem que estes se deem conta, sendo as pessoas, ou um grupo destas, simplesmente reduzidas a uma única dimensão ou característica; enquadradas de acordo com estereótipos pré-existent, conceituações genéricas ou oriundas do puro preconceito (Aguiar, 2021). Tal situação, inclusive, é constantemente abordada pelos tribunais de justiça pátrios, quando de suas decisões em relação a julgamentos que se revelam, na verdade, uma forma de perpetuação de estigmas³.

Some-se a isso o fato de que, no Brasil, muitos bairros e comunidades são estigmatizadas devido às suas estruturas informais de assentamento e aos altos índices de criminalidade (Meirelles; Athayde, 2016), é de fácil constatação a existência de um rótulo excludente e segregante, uma vez que esses

espaços estigmatizados se tornam pouco visíveis, relegados à sua própria existência, expostos diante de uma sociedade já atemorizada (Goffman, 1988) como um local a ser evitado.

Assim, tem-se que o estigma territorial é fruto de uma construção simbólica promovida por atores sociais situados nas esferas do poder. Sobre o exposto, Monteiro (2017, p. 04) argumenta que:

“[...] a forma como um território é percebido por determinados grupos sociais pode conformar atributos que se tornam hegemônicos – aceitos e reproduzidos pelo conjunto da sociedade – e homogeneizadores – anulando outras narrativas existentes”.

Neste contexto, o bairro Dom José é atingido por um problema que merece estudo, pois, fisicamente, conforme será visto adiante, não é afetado pelos déficits de infraestrutura que bairros marginalizados geralmente apresentam (Meireles; Athayde, 2016). No entanto, simbolicamente, é afetado pela sua associação com “perigo”, “desordem” e “atraso”, tema que será mais bem abordado nas linhas à frente.

Tratando especificamente sobre do estigma territorial que recai sobre o Bairro Dom José, necessário pontuar, primeiramente, a contextualização física daquele território, para que, após apresentada, sejam trazidas à tona as considerações sobre as percepções produzidas tanto dentro como fora de seus limites. Deste modo, este tópico examina o bairro em si, bem como destrincha e expõe a visão dos moradores não só daquele bairro, mas também de como ele é percebido por moradores de outras regiões de Sobral e por agentes sociais, cuja atuação lhes confere contato privilegiado com diferentes partes da cidade.

Em relação aos limites do bairro, o Plano Diretor de Sobral-CE (2023) disserta que ele tem início na incidência da Rua Tabelião Ildefonso Cavalcante com a Avenida Senador José Ermírio de Moraes, no ponto de coordenadas “N 9591900,758m e E 349025,219m” (Sobral, 2023, p. 216). Cartograficamente, o bairro apresenta um perímetro geométrico poligonal (Figura 2) que combina elementos naturais e infraestruturais (Sobral, 2023).

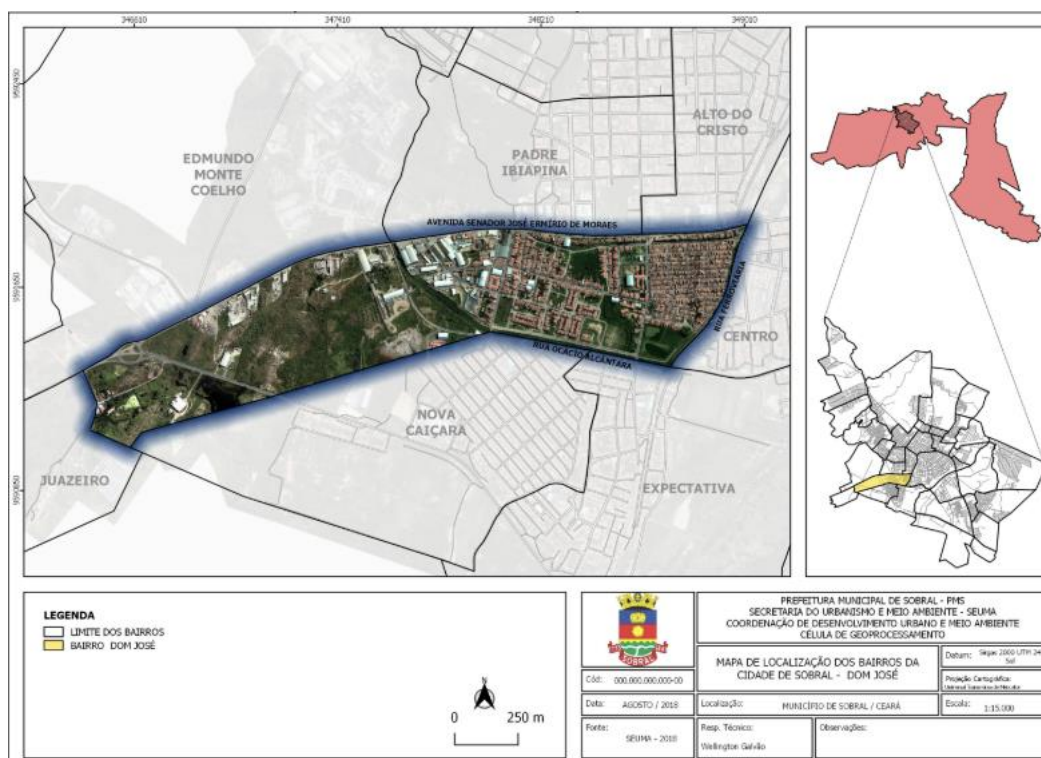


Figura 2 - Mapa do bairro Dom José.

Fonte: Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, 2018.

Em relação à sua população residente, o bairro Dom José teve sua população estimada em 6.167 habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2022), figurando entre os bairros mais densamente povoados da cidade de Sobral-CE, com uma média de 2,7 a 3,1 moradores por domicílio, segundo dados da plataforma GeoREDUS (2025). Essa elevada densidade demográfica, associada a condições históricas de vulnerabilidade socioespacial e à insuficiência de infraestrutura urbana, contribuiu para que, no início do século XXI, o bairro apresentasse indicadores epidemiológicos preocupantes. Nesse contexto, o Dom José passou a registrar, à época, os maiores índices de hanseníase e de tuberculose do município.

Alves et al. (2008), ao analisarem a distribuição espacial dessas doenças em diversos bairros de Sobral, identificaram que, entre 2004 e 2006, o Dom José concentrou os maiores percentuais de quadras acometidas por hanseníase (34,6%) e tuberculose (46,1%), evidenciando uma correlação significativa entre a ocorrência dessas enfermidades e a precariedade da infraestrutura urbana.

Quanto à história e aos aspectos físicos do bairro, esses elementos serão abordados de forma mais detalhada nas linhas seguintes, de modo a possibilitar uma compreensão mais aprofundada desse contexto. Sendo certo que, visando dar maior dinâmica ao presente texto, tais elementos serão combinados à exposição das entrevistas realizadas.

No âmbito das percepções externas que contribuem para a construção do estigma territorial do Bairro Dom José, convém destacar a entrevista realizada com a entrevistada A, moradora do bairro

Terrenos Novos. A entrevista com a referida sobralense ofereceu uma perspectiva singular para a investigação da estigmatização do bairro Dom José, já que se trata da visão de uma pessoa que também vive em um bairro socialmente marginalizado (Silva, 2021), mas que observa o Bairro Dom José por meio de referenciais externos e comparativos, descrevendo o que ela, de fato, observa sobre o bairro.

Logo em sua resposta inicial, a entrevistada afirma que o bairro Dom José é amplamente reconhecido como perigoso devido à atuação de facções criminosas, elemento que, em sua percepção, explica a repetida associação entre o local e a violência. Essa leitura demonstra que a construção do estigma se apoia fortemente na circulação de discursos sobre criminalidade organizada, criando uma imagem generalizada de risco que ultrapassa a realidade concreta de cada rua, setor ou grupo social existente no território:

Entrevistador: Você já ouviu comentários negativos ou preconceituosos sobre o Bairro Dom José?

Entrevistada A: Em relação à primeira pergunta, sim, o bairro de São José, assim como vários outros em Sobral, é considerado perigoso na visão de muita gente. É um bairro onde a facção... organizações criminosas predominam; por isso, costuma ser muito mais falado, na visão de muita gente, como um bairro perigoso, onde moradores do próprio bairro; e de outros bairros não costumam ir, com medo (arquivo pessoal do autor).

A fala ainda confirma que o estigma não recai apenas sobre o espaço físico, mas se desloca para os corpos e trajetórias das pessoas que nele residem, reproduzindo desigualdades simbólicas e afetando a inserção social dos moradores:

Entrevistador: Pessoalmente, como você enxerga o Bairro Dom José? Acredita que ele sofre algum tipo de estigmatização na cidade?

Entrevistada A: Assim como muitos populares de fora do bairro, eu também enxergo Dom José como um bairro extremamente perigoso, porque todos sabem que a facção criminosa predomina naquele local, assim como em muitos bairros dentro de Sobral.

Entrevistador: Alguma vez você já evitou ir ou passar pelo Dom José? Se sim, por qual motivo?

Entrevistada A: evito, sim, andar no bairro; já evitei várias vezes e continuo evitando (arquivo pessoal do autor).

Outrossim, para melhor compreender a dinâmica geral do bairro, foi realizada uma discussão em grupo com funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do Sobral (SEUMA). As discussões proporcionaram informações sobre a evolução histórica, bem como sobre as características territoriais e sociais do Bairro Dom José. Participaram Cícera Sarah Moura Farias (Coordenação de Planejamento Urbano), Wellington Galvão Alves (Geoprocessamento e Monitoramento) e Carlos Rodrigues Tomás (Regulamentação Fundamental). Toda a entrevista foi devidamente gravada.

Os entrevistados começaram descrevendo a estrutura espacial do bairro. Distinguiram três subáreas: a parte mais alta, conhecida como "Alto Novo", a área "Sem Terra" e a zona oeste, mais influenciada pelo comércio e pelos serviços. Essa divisão evidencia que o bairro não é um espaço

urbano homogêneo, mas sim uma área internamente diferenciada, cuja dinâmica social e percepção externa variam de acordo com a subárea.

Em um segundo momento, foi examinado o desenvolvimento histórico. O bairro se desenvolveu, segundo relatado pelos servidores já mencionados, em terras pertencentes à antiga Fazenda Arroz e assumiu sua forma atual principalmente após o processo de reassentamento decorrente da enchente de 1974. As primeiras construções residenciais caracterizavam-se por métodos construtivos simples e falta de infraestrutura, especialmente na área de esgoto.

O que se observa na entrevista é que ela enfatiza que a vulnerabilidade territorial do Dom José não decorre de ausência estatal absoluta, mas de um padrão de ocupação espontânea que, ao longo de décadas, não contou com investimentos significativos da máquina pública em outras áreas que não somente a física. Ou seja, o bairro evoluía fisicamente, em sua infraestrutura, mas seu tônus social continuava a brandar o seu passado turbulento, situação essa que não buscou o poder público (até o presente momento) mudar.

Ainda sobre o bairro, os servidores mostraram imagens antigas (2005–2007) que ilustravam a precariedade da época, com ruas tomadas por valas de esgoto a céu aberto. Contudo, todos sublinharam que, nos últimos 20 anos, houve uma transformação urbana profunda, especialmente por meio do conjunto habitacional Padre José Linhares e de obras de saneamento, pavimentação e equipamentos públicos diversos (areninha, escola, praça, complexo esportivo no estilo de uma Vila Olímpica, dentre outros).

De modo geral, a entrevista revelou que o estigma sobre o Dom José não decorre da infraestrutura atual, amplamente melhorada, mas sim da associação direta entre o bairro e dinâmicas de violência urbana, reforçada tanto por episódios específicos quanto pela classificação oficial em programas voltados à segurança pública, como o Ceará Pacífico, vinculado ao Governo do Estado do Ceará⁴, e a Unidade de Gestão de Prevenção à Violência (UGP-PV), ligada à prefeitura de Sobral (CE)⁵.

Outrossim, ao analisarmos a visão dos moradores e daqueles que realmente vivenciam o espaço estudado, podemos perceber que essa visão estigmatizada não é compartilhada pelos residentes. Ademais, é possível ainda verificar as mazelas do estigma segregante já mencionado, bem como ele se manifesta na prática. Dentre os entrevistados, destaca-se a participação da entrevistada B, comerciante local e proprietária de um pequeno mercadinho situado no próprio bairro, que acolheu cordialmente o pesquisador e respondeu a uma série de questionamentos relevantes, os quais serão detalhados adiante.

Em relação à entrevistada B, empresária local, ela revela, de maneira clara, a presença de um estigma territorial que ultrapassa a simples percepção negativa e se manifesta como experiência concreta de preconceito:

Entrevistador: Muitos com quem eu converso elencam o bairro como muito perigoso. Você acha isso?

Entrevistada B: Eu não.

Entrevistador: Você já sofreu na rua, o estigma mesmo, as pessoas taxarem você por ser moradora daqui

Entrevistada B: Sim, já sim, muita gente já falou: “vala tu moras ali” ... já foi perigoso... não é mais, não (arquivo pessoal do autor).

Outrossim, para a referida entrevistada, em sua visão, o bairro se projeta primeiro para as pessoas de fora do que para si mesma. Tal constatação pode ser observada no seguinte trecho da entrevista:

Entrevistador: Perfeito. Essa entrevista e essas informações serão muito importantes para a gente entender melhor como funciona esse estigma. Para finalizar, queria perguntar: na sua opinião, qual o principal efeito que esse estigma pode causar na vida de vocês, moradores? A senhora acha que, ao dizer que mora no Dom José, as pessoas julgam primeiro o bairro antes de conhecer a senhora como pessoa? Ou elas veem a senhora primeiro como indivíduo?

Entrevistada B: Acho que é o bairro; eles dizem assim: “tu moras ali”, “valha tu moras ali” ... tem certeza... Se eu morasse Domingos Olímpio, Alto do Cristo... não teria problema não (arquivo pessoal do autor)

Ademais, de modo recorrente, os interlocutores mencionaram que a imagem negativa atribuída ao bairro, como local perigoso ou inóspito, deriva, sobretudo, de episódios de violência ocorridos em tempos passados. Ainda que essa percepção esteja enraizada no imaginário coletivo da cidade, a maioria dos moradores afirmou que essa realidade já não corresponde ao presente.

Tal percepção foi enfatizada durante a entrevista com a entrevistada C, que forneceu valiosas contribuições para o que esta pesquisa busca entender. A entrevista realizada com a entrevistada evidenciou, de maneira emblemática, como os processos de estigmatização territorial atuam no cotidiano dos moradores do Bairro Dom José, produzindo efeitos subjetivos, sociais e simbólicos.

Sua fala demonstra um sentimento recorrente entre moradores de áreas marcadas por representações sociais negativas: a coexistência entre o afeto pelo território, onde encontram vínculos, autonomia, pertencimento, e a tristeza decorrente do preconceito externo, que incide sobre suas identidades individuais e coletivas:

Entrevistador: A gente já vinha conversando antes e agora estou colocando para gravar com a sua autorização. Eu queria que a senhora repetisse o que estava dizendo. A pergunta foi: a senhora sente que o pessoal de outros bairros tem algum preconceito em relação a quem mora aqui no Dom José? Pode falar à vontade sobre isso.

Entrevistada C: Rapaz, é o seguinte... eu me sinto triste. O povo acha que o nosso bairro é “muito baixo” e perigoso. O povo diz: “Tu moras na favela?”, “tu moras na favela”; dizem que é ruim... mas eu não quero sair daqui; gosto muito. Não quero sair (arquivo pessoal do autor).

A entrevistada também revela estratégias de manejo do estigma, especialmente quando afirma que, em determinadas situações sociais, omite o bairro onde mora, utilizando referências próximas (“moro na Coelce”) para evitar julgamentos imediatos:

Entrevistador: E a senhora falou que fica triste com o preconceito?

Entrevistada C: Fico, sim. Fico triste demais. Às vezes eu nem digo onde moro. Às vezes eu subo no mototáxi e ele já pergunta logo se eu sou do Alto Novo, e eu digo “é...”. Aí ele pergunta: “Mas é o Dom José 1, aquele que botaram novo, né?” e eu digo: “É.” Mas fico triste (arquivo pessoal do autor).

Esse comportamento expressa uma espécie de mecanismo de “proteção identitária”, o que indica que aquele indivíduo habita um espaço já estigmatizado e demonstra como a rotulagem territorial pode gerar constrangimentos que extrapolam o âmbito espacial e alcançam relações interpessoais. Quanto à configuração urbana, a entrevistada C observa que o preconceito poderia estar relacionado à estrutura física do bairro, caracterizada por residências simples e ausência de “casarões” ou “mansões” como as existentes em localidades valorizadas, a exemplo dos bairros Renato Parente e Boa Vizinhança.

Em verdade, como já salientou Lopes (2015, p. 167), “numa sociedade, na qual a riqueza se mede pelo maior número de objetos pobres, a aparência do vivido tomou o lugar da vida real”. A análise da moradora, em que pese simples, evidencia o peso das hierarquias urbanas e dos critérios estéticos e socioeconômicos na produção do estigma, reforçando que o julgamento territorial ancorasse menos em indicadores de segurança pública, bem-estar ou felicidade com o seu cotidiano. Trata-se, na verdade, de marcadores sociais de classe.

Assim, observa-se que o bairro Dom José é vivenciado pelos seus moradores principalmente como um espaço habitado, moldado por relações cotidianas, sentimentos de pertencimento e por uma crescente consciência das melhorias na infraestrutura urbana. No uso diário, o espaço se mostra funcional, acessível e cada vez mais desejável, resultado do investimento público e das medidas de desenvolvimento urbano dos últimos anos. Para a população local, o bairro não é, portanto, um lugar de marginalidade, mas um espaço urbano legítimo, utilizado, apropriado e vivenciado positivamente.

Em contrapartida, a percepção do bairro por atores externos permanece amplamente determinada por narrativas sociais arraigadas. Apesar das melhorias materiais, Dom José continua sendo associado à violência, ao risco e à marginalidade social por alguns segmentos da sociedade sobralense, o que resulta em um estigma que segrega, fere e deturpa a lógica de uma cidade para todos.

Do ponto de vista da administração municipal, Dom José, como espaço em constante mudança, visa à integração, à qualidade de vida e ao desenvolvimento urbano. Contudo, é evidente que o significado pretendido para o espaço não se traduz plenamente na percepção da sociedade. A

persistente discrepância entre o espaço vivido pelos habitantes, o espaço concebido pela administração e o espaço percebido por quem está de fora evidencia que os investimentos em infraestrutura, por si sós, são insuficientes para romper estigmas territoriais profundamente enraizados.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo investigar a presença e o impacto de um estigma segregacionista no bairro Dom José, em Sobral-CE. Com base em uma análise interdisciplinar e em um trabalho de campo empírico, constatou-se que o bairro continua a ser socialmente rotulado, sobretudo por aqueles que não o habitam. Esse estigma se manifesta sobretudo na persistente associação do bairro à violência excessiva e à marginalização.

Contudo, os depoimentos dos moradores coletados durante o trabalho de campo revelaram que essa percepção está amplamente enraizada em um contexto histórico recente, uma vez que, embora o bairro tenha sido de fato caracterizado por maior violência e deficiências infraestruturais no passado, essas condições mudaram significativamente devido a investimentos públicos e melhorias urbanas. Mesmo assim, as atribuições negativas persistem no imaginário coletivo e continuam a exercer sua influência, independentemente das circunstâncias materiais atuais.

Conclui-se que o estigma do bairro Dom José se baseia menos em dados objetivos atuais e mais em narrativas sociais arraigadas, reproduzidas pelas percepções cotidianas e fixadas em um passado que já não existe. Essa rotulação tem consequências concretas para os moradores, restringindo a participação social e perpetuando barreiras simbólicas no espaço urbano, chegando ao ponto de ser necessário omitir o local de sua moradia para ter bom convívio social, como se vê nos depoimentos.

Como hipótese para a resignificação do bairro, pode-se afirmar que as políticas públicas não devem se limitar a medidas infraestruturais. Em vez disso, a administração municipal poderia contribuir ativamente para a revalorização do Dom José por meio de intervenções culturais, sociais e simbólicas direcionadas, como a promoção de eventos públicos no bairro, o destaque positivo e o incentivo das iniciativas locais, além da valorização dos espaços públicos ali existentes como pontos destinados a eventuais feiras de caráter municipal ou eventos de caráter mais abrangente⁶, de modo a atrair pessoas de outros bairros. Tal estratégia possibilitaria a quebra de estigmas existentes e a consolidação do bairro não como um local de privação, mas como parte integrante e vibrante da cidade de Sobral.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. N. **Teoria do etiquetamento social, criminalização e estigmatização de jovens periféricos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.
- ALBUQUERQUE, J. L.; LOPES, F. C. R. When the City Is for the Few: Socio-Spatial Segregation and Geography Teaching. **Journal of Education and Learning**, v. 14, n. 4, p. 167-176, 2025.
- ALMULHEM, L. C. S. **Teoria do etiquetamento social (labeling approach) um estudo aprofundado dos comportamentos desviantes**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2021.
- ALVES, V. J. P.; LINHARES, M. S. C.; DIAS, M. S. A. Distribuição Geográfica e Densidade dos Casos de Hanseníase e Tuberculose na Área Urbana do Município de Sobral, Ceará, Brasil, no Período de 2004 a 2006. **SANARE**, Sobral, v. 7, n. 1, p. 64-74, 2008.
- ARAÚJO, Fernanda Carolina de. **A teoria criminológica do labelling approach e as medidas socioeducativas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARRUDA, Natássia Marques. **Mobilidade e Acessibilidade Urbanas a Partir do Transporte Público Coletivo: O Caso do Bairro José Euclides, Sobral – CE**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2024.
- BECKER, H. S. **Outsiders: Estudos de sociologia do Desvio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 116p.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil (1930-1945): o caso de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CATUNDA, L. A.; SANTANA, A. N. C. Mobilidade Urbana na Cidade de Sobral/CE: Discussão de Conceitos e Constatações Preliminares. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 17, n. 1, p. 160–177, 2015.
- COSTA, P. M. **A outra face de Sobral/CE: ocupações irregulares e a política de regularização fundiária de interesse social**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2023.
- DA ANUNCIAÇÃO ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019.
- FERREIRA, D. L. **A (re)invenção de uma cidade: Cid marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- FERREIRA, F. M.; DA CRUZ, F. B.; DE LAPARTE NEVES, G. Teoria do Etiquetamento Social no Brasil–Uma Análise Sobre Processos Formais de Criminalização. **Revista Eletrônica da ESA/RO**, v. 2, n. 2, 2020.

FREITAS, A. J. L. Por uma história oral descomplicada: algumas considerações iniciais. **Revista Historiar**, Sobral, v. 15, n. 28, 2023.

FREITAS, A. J. L. **Sobre viver em Sobral-CE**: Da segregação à estigmatização socioespacial nos territórios da violência e do medo. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2019.

FUINI, L. L. Território e geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Formação**, v. 1, n. 21, p. 3-20, 2014.

GEOREDUS. **Sobral-CE**. Disponível em: <https://www.redus.org.br/georedus>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 124p.

HARVEY D. **Para entender o capital**. Livro I. Boitempo: São Paulo, 2013. 164p.

HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. Cidades médias do Ceará, estado do nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. esp., p. 1-13, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Sobral. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 30 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Renda (população) por setor censitário da cidade de Sobral**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2026.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006. 476p.

LOPES, F. C. R.; DO NASCIMENTO RODRIGUES, R.; NÓBREGA, Ú. P. S. Capital crisis and production of social interest housing: an analysis of Residencial Nova Caiçara in Sobral-CE/Brazil: Crise do capital e produção da habitação de interesse social: uma análise sobre o Residencial Nova Caiçara em Sobral-CE/Brasil. **Concilium**, v. 23, n. 18, p. 931-944, 2023.

LOPES, F. C. R. A Explosão Imobiliária na Periferia de Fortaleza (CE). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 16, n. 55, p. 164–173, 2015.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. 140p.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um país chamado favela**: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. Editora Gente Livre. São Paulo, 2016.

MONTEIRO, J. C. C. S. A estigmatização territorial na produção do espaço urbano: estudo de caso da área central da cidade do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 15., 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. p. 01-12.

PEREIRA, R. M.; CASTRO, C. L. C.; CHEIBUB, B. L. Favela ou Comunidade? Como os Moradores, Guias de Turismo e Outros Agentes Sociais Compreendem Simbolicamente O “Morro”

Santa Marta (RJ)? **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 23-36, 2019.

SÁNCHEZ, N. P. **A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

SOBRAL. **Lei Complementar nº 92 de 17 de novembro de 2023**. Novo Plano Diretor de Sobral. 2023. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1GOw3xyHf4UOIRV9>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOBRAL. **Prefeitura de Sobral abre inscrições para o Projeto Guarda Mirim com 120 vagas**. Disponível em: <https://www.sobral.ce.gov.br>. Acesso em 11 de abril de 2025.

SODRÉ, R. Insegurança Urbana e Estigmas Socioespaciais em Araguaína-TO. **Caderno De Geografia**, Belo Horizonte, p. 591-593, v. 32, n. 69, 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n. 43, p. 64-83. 2021.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Invest. Geog.**, Ciudad de México, n. 54, p. 114-139, 2004

SPOSITO, M. E. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In fundamentos. VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: contexto, 2013.

SUPESP. SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Diretoria da Supesp apresenta diagnóstico com dados da segurança pública para Sobral**. Disponível em: <https://www.supesp.ce.gov.br/2022/12/27/diretoria-da-supesp-apresenta-diagnostico-com-dados-da-seguranca-publica-para-sobral/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, 9-28, 2002.